ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: O PROTAGONISMO DO ALUNADO NA CONSTRUÇÃO DE SABERES E NA VALORIZAÇÃO CULTURAL EM CAMPINA GRANDE-PB

Joyce Kelly Lima Carolino [1]
Airla Maryanny da Silva Agra [2]

INTRODUÇÃO

O ensino de História na contemporaneidade reafirma-se como uma ferramenta fundamental para a formação integral dos estudantes, transcendendo a mera transmissão de informações cronológicas sobre o passado. Longe de resumir-se à memorização de fatos e datas, a disciplina configura-se como um instrumento indispensável para que os sujeitos compreendam a complexidade do presente e interpretem a realidade em que estão inseridos.

Sob essa perspectiva, a formação do pensamento histórico e crítico permite que o estudante se reconheça como sujeito do conhecimento, capaz de analisar diferentes experiências humanas ao longo do tempo e de atuar de forma consciente na sociedade.

Assim a construção do conhecimento pela interação professor/aluno e escola/ensino abre caminho a que o Património e a Museologia possam, e devam, ter um papel importante na construção do saber, pela possibilidade de um contacto direto ou indireto com fontes e memórias do passado, as quais permitirão alcançar também a perspetiva, a empatia histórica e o conhecimento histórico tão necessários à compreensão do passado no presente e a incorporação de sujeitos historicamente marginalizados como, afro-brasileiros, povos originários e mulheres ainda enfrenta resistências.

Essas transformações tensionam o campo acadêmico e escolar, gerando debates epistemológicos e historiográficos sobre a permanência, a expansão ou a rejeição dessas pautas em diretrizes curriculares (Monteiro, 2014; Bittencourt, 2018). A prática

[1]Mestre do Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG,joyce08dejulho17@gmail.com;
2 Aluna da rede Básica - Airla Maryanny da Silva Agra

ISSN: 2358-8829

pedagógica frequentemente se defronta com a persistência de narrativas históricas tradicionais, que historicamente priorizaram uma perspectiva eurocêntrica e factual.

Assim, o papel do Património e dos Museus constituem um recurso de didático valioso, capaz de suscitar a empatia histórica nos alunos através das evidências aí presentes e anexar- se aos estudos acerca do contexto social e cultural no qual os indivíduos estão inseridos permitindo a compreensão de como a identidade local é construída e fortalecida a partir das experiências, dos costumes, das memórias e dos acontecimentos históricos compartilhados por uma comunidade.

Nesse sentido, o conhecimento da história local contribui para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento, uma vez que possibilita estabelecer relações entre o passado, as experiências presentes e a construção da identidade coletiva, que quando unida a memória coletiva atua como elemento fundamental na preservação da história local e na construção e continuidade da identidade de uma comunidade. Os museus são espaços integrados à sociedade e voltados à preservação de objetos, documentos, memórias e elementos que constituem a trajetória histórica de determinado grupo ou comunidade. Segundo o autor George Henri Rivière no século XX, apostou no museu orientado e direcionado para as pessoas e defendeu que:

> "[…] o sucesso de um museu não se mede pelo número de visitantes que recebe, mas pelo número de visitantes aos quais ensinou alguma coisa. Não se mede pelo número de objetos que mostra, mas pelo número de objetos que puderam ser percebidos pelos seus visitantes […]" (Schlumberger, 1989, 7).

Esta visão e missão da Nova Museologia deu aso à criação dos serviços educativos nos museus destinados a fazer chegar o museu a diversos públicos. Sendo assim, por meio do contato com os objetos e narrativas preservados, os visitantes podem ampliar seus conhecimentos, estabelecer relações com acontecimentos históricos e desenvolver reflexões acerca da sociedade e de sua própria realidade.

Ao nos debruçarmos sobre a história local traz-se a tona experiências e vivências do centro urbano e de como se deu a construção e significação dos espaços em Campina grande. Compreendemos que a cidade tem um rico conjunto de patrimônio/ bem como de museus, mas nessa pesquisa o museu selecionado foi: Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande que constitui um importante espaço de preservação e difusão da história e da memória local.

ISSN: 2358-8829

Para além da conservação de objetos e documentos, o museu possibilita o contato com diferentes aspectos da trajetória histórica e cultural do município, contribuindo para a compreensão da identidade e do pertencimento local. Nesse contexto, também permite refletir sobre quais memórias são preservadas, quais narrativas são privilegiadas e quais sujeitos podem estar ausentes ou pouco representados na construção da história local.

Essa experiência também pode favorecer a discussão das relações étnico-raciais, permitindo questionar quais grupos e experiências estão representados nas narrativas preservadas e quais podem estar ausentes ou pouco evidenciados. Dessa forma, de que modo Museu Histórico e Geografico de Campina Grande pode contribuir para o ensino de História, articulando a História Local, as relações étnico-raciais e o protagonismo estudantil na construção do conhecimento histórico?

Para responder a este questionamento, define-se como objeto de estudo o uso pedagógico do Museu Histórico de Campina Grande no ensino de História. O trabalho tem como objetivo geral analisar as possibilidades pedagógicas desse espaço museológico para articular a História Local, as diretrizes das relações étnico-raciais e a promoção do protagonismo discente.

A investigação foi desenvolvida no campo empírico do Colégio Novo Milênio, situado em Campina Grande, e contou com a participação ativa dos estudantes do ensino médio envolvidos nas etapas de investigação, reflexão e elaboração de materiais históricos. A partir da disseminação do conhecimento entre aluno e professor é possível uma nova perspectiva sobre o aluno, como também fonte de saber e não somente receptor. Sendo assim é essencial o diálogo para o estabelecimento do conhecimento de forma pertinente, demonstrando o protagonismo do alunato.

Contudo, para fundamentar este trabalho foram realizadas leituras de estudos sobre a temática em questão, procurando-se abordar conceitos como História, Património, Conhecimento Histórico, Educação Histórica e Educação Patrimonial, Museu, Identidade, Memória ou Aprendizagem. Adotando uma metodologia na perspectiva qualitativa, estruturando-se por meio de pesquisa bibliográfica, documental e, fundamentalmente, da pesquisa-ação, na qual a prática docente e o fazer investigativo dos alunos se entrelaçam continuamente.

Dessa forma, a presente investigação busca preencher essa lacuna ao analisar as possibilidades pedagógicas do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande para a articulação da História Local, das relações étnico-raciais e do protagonismo discente.

ISSN: 2358-8829

Este trabalho pretende mostrar como é possível a partir do Património ensinar História e como é importante o seu conhecimento para que haja não só um melhor conhecimento histórico, como também uma melhor sensibilização para a sua preservação e valorização. Consiste em compreender como esse espaço de memória, articulado ao uso de metodologias ativas no cotidiano escolar, contribui para o processo de ensino-aprendizagem e para a consolidação de uma prática pedagógica reflexiva na Educação Básica

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A fundamentação teórica, o caminho que se percorre com a finalidade de chegar a necessário fazer escolhas que para sociedade e para educação básica, assim a chegar ao lugar esperado se torna essencial.

Nesse sentido, o caminho teórico do tema a ser pesquisado, passando pelos adotados para a realização da um patrimônio, pode influenciar no ensino. Destacamos que, neste estudo, opta-se por uma abordagem de natureza qualitativa. Esse método, que não deve ser entendido como uma lista de passos a seguir, mas como um movimento de investigação, é marcado pelas categorias: historicidade, contradição e totalidade. Na base da escolha desse método, está a compreensão de que ele é o melhor caminho para chegarmos à realidade do nosso objeto, ou seja, o caminho para a compreensão de como o museu se constitui como espaço de disputa, inclusão e mediação cultural, analisando em que medida as barreiras e as possibilidades.

Para tanto, elegemos como categorias teóricas de análise: memória, patrimônio, e ensino de história local, museus. Na pesquisa bibliográfica nos remetemos às contribuições de diferentes autores como Halbwachs (2006), Hartog (2006), Cho (2006), Bittencourt (2008) .Também nos apropriamos de outras pesquisas e estudos de pesquisadores nacionais que tiveram objetos de estudo alinhados às categorias que esta pesquisa possa ocorrer em diferentes espaços, que para além da parte expositiva e dialogada, sejam utilizadas aulas de campo introduzindo o estudante a refletir sobre patrimônio desenvolvendo habilidades, fazendo análise crítica, formulando hipóteses e propondo soluções aos problemas colocados sobre essa memória que foi ou está sendo construída.

ISSN: 2358-8829

Dessa forma, compreendemos que a combinação entre pesquisa documental, empírica e bibliográfica permitirá um movimento de aproximação contundente ao objeto. A articulação dessas técnicas possibilita transitar entre o plano concreto das práticas institucionais e dos discursos (expressos nos documentos e nas entrevistas) e o plano da reflexão teórica (mediada pelos referenciais da didática da história, da educação museal e da acessibilidade cultural). Com isso, busca-se desvelar as contradições, as barreiras e as potencialidades da mediação inclusiva, revelando de que modo os museus investigados podem se consolidar como espaços de efetiva construção do conhecimento .

REFERENCIAL TEÓRICO

O ensino de História abrange temáticas diversas e encontra na educação patrimonial um caminho fértil para repensar os campos da memória e da aprendizagem histórica. De modo geral, percebe-se que a sociedade possui um conhecimento restrito sobre a abrangência do conceito de patrimônio, associando-o frequentemente a heranças familiares, bens materiais de alto valor financeiro ou construções monumentais. No entanto, refletir sobre a memória e o patrimônio histórico no ensino possibilita ampliar essas visões e provocar a participação ativa da comunidade na identificação, no reconhecimento e na preservação de seu patrimônio cultural. Essa prática valoriza a história do entorno, estimulando novos olhares sobre a localidade e consagrando o museu como um espaço legítimo de produção do conhecimento.

Ao perceber que os registros inscritos nos bens históricos locais são fundamentais para ressignificar a história da comunidade, o ensino de História contribui para que os sujeitos identifiquem o patrimônio guardado em suas próprias lembranças e nos territórios onde vivem. Dessa forma, torna-se essencial compreender o papel da memória no âmbito do ensino da história local. Mobilizar a percepção do passado a partir de um tempo imediato e familiar, incorporando os patrimônios materiais e imateriais do entorno, permite ao estudante ampliar sua leitura de mundo.

Nesse sentido, o ensino de História constrói-se articulando diferentes temporalidades, uma vez que estabelece pontes entre as identidades individuais, sociais e coletivas. Trata-se de um processo que muitas vezes esteve atrelado à consolidação de uma identidade nacional por meio de "rituais e símbolos construídos para uma institucionalização de uma memória nacional" (BITTENCOURT, 1988, p. 44).

ISSN: 2358-8829

Para além da memória oficial, cabe analisar a trajetória institucional das instâncias de preservação. No contexto local, o Museu Histórico de Campina Grande foi inaugurado em janeiro de 1983, na gestão do prefeito Enivaldo Ribeiro, mediante a atuação de uma comissão formada pelo historiador William Ramos Tejo (então Chefe do Departamento de Patrimônio Cultural do Município), pela professora Jaldete Soares e por Walter Tavares (recém-nomeado diretor do Patrimônio Cultural).

A análise das condições de surgimento dessa instituição revela tensões em suas narrativas expositivas. Macêdo (2011) salienta que inexistia um projeto museológico formal na criação do Museu Histórico de Campina Grande, sendo este fruto da ação intelectual do professor William Ramos Tejo diante da demanda memorialista da época, que envolveu também tentativas de estruturação do Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande (IHGCG). Conforme aponta Macêdo (2011, p. 50):

[...] atrelada a lugares de poder e estrutura de estado, apresentam um caráter educativo, consubstanciada em narrativa da história, caráter este, ligado a uma abordagem que relaciona a produção/elaboração de uma verdade, relacionada e estruturada enquanto narrativa da História da cidade, através de uma exposição, ou, de uma linguagem específica, a linguagem museal.

Historicamente, o desenvolvimento dos museus tendeu a representar os interesses e valores de uma elite social. Contudo, essas instituições possuem o potencial de abarcar a multiplicidade de vivências de toda a sociedade, incluindo os sujeitos populares e suas construções de sentido. Na estruturação tradicional do Museu Histórico de Campina Grande, a narrativa curatorial articulou-se predominantemente ao redor do ciclo socioeconômico da "Civilização do Algodão". Essa abordagem ressaltava a centralidade econômica das elites comerciais e industriais, alçando-as à condição de únicas protagonistas do processo de urbanização, inovação e progresso municipal.

Tais memoriais vinculavam-se diretamente à oligarquia local — segmento político-familiar que consolidou sua hegemonia socioeconômica na região. A construção do acervo, ao priorizar documentos oficiais, objetos pessoais e pertences das classes dominantes, fazia com que a história da cidade parecesse um resultado exclusivo da ação de seus líderes. Como consequência, a prosperidade decorrente do comércio do "ouro branco" era atribuída unicamente à capacidade das elites, deixando à margem dos registros oficiais o trabalho braçal e as contribuições decisivas das camadas populares.

ISSN: 2358-8829

Compreender esse processo de constituição acervística exige lançar luz sobre os silenciamentos deliberadamente produzidos no espaço museal. A memória institucionalizada opera não apenas pelo que expõe, mas de maneira contundente pelo que decide omitir, ocultar e apagar. Ao eleger o discurso das elites como a história única do município, o museu produziu zonas de invisibilidade que interditaram as experiências, os saberes e as lutas das populações marginalizadas. Esse apagamento sistemático dos trabalhadores, negros e indígenas nos suportes de memória oficiais reforça a necessidade de desconstruir a ilusão de neutralidade dessas exposições, revelando o museu como um campo de disputa política no qual o silêncio também se constitui como uma linguagem de poder e dominação.

Ao tratar da memória, é fundamental pontuar que ela não se restringe à esfera individual, mas abrange memórias coletivas construídas na relação dos sujeitos com seu meio e seu passado. É sob essa perspectiva que Nora (1993, p. 13) emprega a noção de "lugares de memória", referindo-se aos espaços significativos nos quais se tecem as identidades sejam eles praças, monumentos, edifícios ou patrimônios culturais de um grupo.

Partimos, assim, da conjectura de que refletir sobre a memória e sua materialização patrimonial é indispensável para o ensino de História. Essa abordagem permite problematizar a imagem consagrada de Campina Grande como a "Rainha da Borborema", um polo pioneiro de modernização técnica no interior nordestino. A cidade não é apenas um espaço geográfico observado, mas uma realidade sentida e imaginada a partir de sentimentos de pertencimento e orgulho territorial. O ensino crítico estimula o público a questionar as narrativas sobre a própria cidade que habita.

A dinâmica histórica campinense revela uma articulação complexa com redes de poder, economia e cultura em escalas nacional e global. A ocupação inicial do território pelas populações Cariris e Ariús abriu caminhos para a posterior expansão da pecuária, evidenciando que a formação da cidade derivou de processos violentos de integração forçada pela lógica colonialista. De forma análoga, a "Civilização do Algodão" inseriu a economia local no capitalismo agroexportador e na cadeia da Revolução Industrial europeia. A produção algodoeira dependeu diretamente da força de trabalho dos povos escravizados e de seus descendentes no pós-abolição, demonstrando como a riqueza das classes dominantes esteve amparada na exploração do trabalho popular.

ISSN: 2358-8829

No âmbito cultural, a Feira Central e as festas populares emergiram como espaços vitais de sociabilidade e resistência, essenciais para a preservação de identidades e para a afirmação da presença popular na construção histórica do município. Diante disso, o reconhecimento do protagonismo negro e indígena na formação de Campina Grande exige o uso de abordagens historiográficas pautadas pela História Vista de Baixo e pela Etnohistória.

Nessa perspectiva, destacam-se três frentes de análise metodológica:

1. **Mapeamento dos territórios de memória negra e cabocla:** possibilita identificar a presença e a territorialidade desses grupos no meio urbano e rural.
2. **Análise do cotidiano e do trabalho informal na Feira Central:** expõe a centralidade dos povos afrodescendentes e indígenas na sustentação material da cidade.
3. **Estudo das manifestações culturais e religiões populares:** demonstra a resiliência e a constante reconfiguração do patrimônio imaterial local.

Esses apontamentos são indispensáveis para consolidar a relevância da diversidade étnico-racial na construção da memória de Campina Grande.

Por fim, cabe enfatizar a dimensão das sensibilidades no trato pedagógico com o patrimônio. Conforme assinala Pesavento (2005, p. 3), a preocupação com as sensibilidades no campo da história cultural trouxe à tona a emergência das subjetividades. A partir da experiência histórica pessoal, resgatam-se sentimentos, emoções, temores e desejos, historicizando a forma como os homens aprendem a sentir, pensar e interpretar o mundo.

As sensibilidades expressam-se em ritos, palavras, imagens, objetos do cotidiano e na própria materialidade dos espaços construídos. Trabalhar a educação patrimonial a partir das marcas deixadas pelas vivências humanas permite avançar na construção de uma educação mais justa e democrática, atenta às diversas realidades sociais e capaz de conferir novos significados aos espaços histórico

Diante dessa problemática, o debate pedagógico em torno dessa temática assume um papel transformador no ensino de História. Levar essa reflexão para a sala de aula possibilita desarmar a visão ingênua que os estudantes costumam ter dos museus e dos monumentos como depósitos neutros de "verdades históricas". Ao problematizar os discursos de poder e os silenciamentos presentes nos acervos locais, a prática educativa estimula o pensamento crítico, permitindo que os alunos se reconheçam como sujeitos

ISSN: 2358-8829

históricos e percebam que a história de sua cidade é fruto do trabalho e da resistência de múltiplos grupos sociais, e não apenas de elites hegemônicas. Assim, abordar o museu sob essa perspectiva descolonizadora contribui para o fortalecimento da cidadania e da identidade coletiva dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados empíricos obtidos ao longo da pesquisa-ação no Colégio Novo Milênio revela nuances significativas sobre a percepção dos estudantes do Ensino Médio acerca da História Local e da participação dos povos originários e afro-brasileiros na formação socioeconômica e cultural de Campina Grande. A organização dos achados estruturou-se em três categorias analíticas fundamentais: a sondagem do conhecimento prévio e nivelamento conceitual, a análise crítica das fontes fotográficas e dos acervos institucionais, e o protagonismo discente na reinterpretação da memória local.

Como resultado dessa mediação pedagógica, os estudantes superaram a visão ingênua de que a história municipal se reduz ao auge econômico da "Civilização do Algodão" ou à modernização técnica da "Rainha da Borborema", passando a reconhecer o território como um espaço de integração forçada, mas também de constante resistência dos povos originários e escravizados. Nesse percurso, evidenciou-se que a investigação sobre o acervo museológico exige do alunato uma postura crítica e questionadora diante das narrativas apresentadas, superando a mera absorção passiva da informação. As fontes históricas constituíram-se como elementos essenciais para legitimar os fatos por meio de evidências e múltiplas perspectivas, destacando-se a análise fotográfica como um exercício de percepção sensível. Ao investigar criticamente quem estava representado nas imagens oficiais do museu e quem havia sido marginalizado ou omitido pelas lentes das elites , os alunos desvelaram os silenciamentos institucionais sobre os trabalhadores populares, negros e indígenas.

Por fim, a metodologia da pesquisa-ação promoveu o resgate do alunato enquanto sujeito ativo e consciente da história da cidade à qual pertence. A partir da apropriação desses conhecimentos, viabilizou-se a continuidade da aprendizagem, permitindo que os discentes expressassem seus saberes de forma articulada e passassem a influenciar criticamente a comunidade escolar e o meio social em que estão inseridos. Em suma, os

ISSN: 2358-8829

achados da pesquisa ratificam que a Educação Patrimonial Crítica é capaz de desarmar visões elitizadas da história local, consolidando o protagonismo discente e reafirmando o ensino de História como um pilar indispensável de transformação social e cidadania na Educação Básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação buscou analisar as potencialidades pedagógicas do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande como recurso didático para o ensino de História, priorizando a articulação entre a história local, as diretrizes das relações étnico-raciais e a promoção do protagonismo discente. Ao longo do estudo, evidenciou-se que a superação de visões tradicionais sobre a história da cidade passa, inevitavelmente, pela desconstrução de narrativas museológicas elitizadas e pelo reconhecimento dos silenciamentos históricos impostos às populações negras, indígenas e trabalhadoras.

No âmbito da prática pedagógica desenvolvida com os estudantes do Ensino Médio no Colégio Novo Milênio, a pesquisa-ação demonstrou que a Educação Patrimonial, quando mediada por metodologias ativas e atenta às sensibilidades históricas, transforma a relação dos alunos com o conhecimento. A imersão investigativa e o contato crítico com os bens patrimoniais permitiram desmistificar a pretensa neutralidade dos acervos institucionais, incentivando o alunato a atuar não como mero espectador da história escrita por terceiros, mas como sujeito ativo na leitura, reflexão e reinterpretação do passado de seu próprio território.

Conclui-se que o museu, ao ser integrado de forma crítica ao cotidiano escolar, deixa de ser apenas um espaço de visitação contemplativa e passa a constituir um laboratório vivo de cidadania, empatia e consciência histórica. A inclusão das memórias populares, da Feira Central e dos territórios de resistência afro-brasileira e indígena na discussão escolar fortalece o sentimento de pertencimento e enriquece a percepção sobre a diversidade cultural e étnica que moldou Campina Grande.

Por fim, os resultados aqui consolidados apontam para a necessidade contínua de pesquisas e práticas pedagógicas que aproximem a universidade, a escola e os espaços de memória. Recomenda-se que estudos futuros aprofundem o desenvolvimento de materiais didáticos autorais produzidos pelos próprios estudantes, bem como a avaliação de ações

contínuas de formação docente voltadas para a educação patrimonial descolonizadora na Educação Básica.

Palavras-chave: Ensino De História, Patrimônio, Diversidade.

AGRADECIMENTOS

Expressamos nossos sinceros agradecimentos à direção, à coordenação pedagógica e a toda a equipe do **Colégio Novo Milênio** por viabilizarem a realização desta pesquisa. O compromisso da instituição com uma práxis pedagógica crítica e transformadora, aliado à generosa abertura do espaço escolar e ao acolhimento da proposta investigativa, permitiu a abertura de caminhos férteis para a análise da memória, da história e da educação patrimonial no cotidiano escolar. A colaboração ativa de toda a comunidade educativa foi fundamental para a coleta de dados e a consolidação das reflexões apresentadas neste trabalho**.**

REFERÊNCIAS

AGUIAR, F. O. **Acessibilidade relativa dos espaços urbanos para pedestres com restrições de mobilidade**. 2010. Tese (Doutorado em Engenharia de Transportes) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18144/tde-21042010-193924/. Acesso em: 16 fev. 2025.

ARANHA, M. S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas em Psicologia**, v. 3, n. 2, p. 63-70, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Senado Federal, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/CONGRESSO/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em: 12 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm. Acesso em: 12 jul. 2026.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R. O Ensino da Arquitetura Inclusiva como Ferramenta para a Melhoria da Qualidade de Vida para Todos. *In*: PROJETAR: Desafios e Conquistas da Pesquisa e do Ensino de Projeto, 1., 2003, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Virtual Científica, 2003. p. 159-170.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEE, P. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar em Revista**, Curitiba, n. esp., p. 131-150, 2006.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Documentos, 1969.

MACÊDO, V. C. **Museu Histórico em Campina Grande: ação político-cultural do patrimônio e da memória (1980-1983)**. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 1993..

PESAVENTO, S. J.; LANGUE, F. **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RÜSEN, J. **História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SALASAR, D. N. **Um museu para todos: manual para o programa de acessibilidade**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2019.

SALVADORI, M. Â. B. **História, ensino e patrimônio**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

SANTOS, M. C. T. M. **Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: MinC; IPHAN; DEMU, 2008.

SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (org.). **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

SEFFNER, F.; PEREIRA, N. M. O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, 2008.

SILVA, R. H. G. da. **O Museu Histórico de Campina Grande e a Educação Patrimonial Improvisada**. 2015. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.